



PGEA Nº 20.02.1400.0000414/2025-35 – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200095-5/2025
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Crachás, cordões e porta-crachás, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANT
1	Crachá de Identificação em PVC - Tamanho padrão: 86 mm x 54 mm (formato CR-80), Espessura Mínima: 0,76 mm, Material PVC laminado de alta durabilidade, Acabamento Brilho ou fosco, Impressão Colorida (4x4 cores) – Frente e verso, Impressão em alta resolução (mínimo 300 dpi), Impressão digital ou offset.	350865	UND	120
2	Cordão para Crachá - confeccionado em Poliéster acetinado ou nylon, resistente, com toque suave e confortável ao uso prolongado. Comprimento total de 90 cm a 100 cm (circunferência), Largura: 15 mm a 20 mm, sublimação total colorida, com inserção de textos, personalização com cores institucionais, mosquetão metálico.	246531	UND	120
3	Porta-Crachá - PVC cristal ou vinil transparente de alta resistência, Flexível, porém durável, Compatível com crachá padrão CR-80: 9,5 cm (largura) x 6,5 cm (altura), com boa transparência para leitura de dados e visualização da foto, Espessura do material: 0,3 mm a 0,5 mm, Vertical ou horizontal, conforme o layout do crachá, Bordas arredondadas para maior segurança e conforto, 1 furo central ovalado (para cordão com mosquetão), Superfície lisa, sem rebarbas.	38386	UND	120

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.



1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.2. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de crachás de identificação, cordões personalizados e porta-crachás, para suprir a necessidade de identificação funcional dos membros, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados, além da identificação visual de visitantes nas dependências da Procuradoria Regional do Trabalho.

2.3. A aquisição é fundamental e urgente para o desempenho das atividades institucionais, por diversos motivos:

2.3.1 Segurança Institucional: A identificação visual e individual dos membros, servidores, estagiários e visitantes é uma medida de segurança preventiva. Ela restringe o acesso de pessoas não autorizadas às áreas restritas do órgão, prevenindo potenciais riscos e garantindo a integridade do patrimônio, das informações e, sobretudo, das pessoas. A ausência de um sistema de identificação claro dificulta o controle de acesso e aumenta a vulnerabilidade do ambiente de trabalho.

2.3.2 Controle e Organização: Os crachás promovem um controle eficiente sobre a circulação de pessoas no prédio. Permitem que a equipe de segurança e os próprios servidores identifiquem facilmente quem pertence ao quadro funcional e quem é visitante, facilitando a gestão do fluxo interno e a pronta identificação de qualquer situação anormal.

2.3.3 Padronização e Imagem Institucional: A adoção de um padrão visual único para a identificação, por meio dos crachás e cordões personalizados com a logomarca da Procuradoria, fortalece a identidade institucional, transmite profissionalismo e reforça o senso de pertencimento entre os colaboradores.

2.3.4 Cessação da Utilização de Crachás Antigos/Inadequados: Atualmente, a identificação é feita, em alguns casos, com materiais antigos e de baixa qualidade, que estão danificados, desatualizados ou sem um padrão visual. Esta contratação visa substituir esses materiais, garantindo a uniformidade, a durabilidade e a segurança do sistema de identificação.

2.4. A ausência da contratação resultará na manutenção de um sistema de identificação precário, comprometendo a segurança, a organização e a imagem da instituição. Portanto, a aquisição desses itens é de extrema importância para a Procuradoria Regional do Trabalho, alinhando-se com as melhores práticas de gestão pública e segurança patrimonial.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução a ser contratada consiste na prestação de serviço de confecção e fornecimento de crachás sob demanda para a Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região. O serviço deve cobrir



todo o ciclo de vida do crachá, desde a solicitação inicial até a entrega final e eventual substituição em caso de defeito.

3.2. Ciclo de Vida do Crachá e acessórios:

3.2.1 Modelos: Os modelos, layouts e padrões visuais dos crachás, cordões e porta-crachás serão encaminhados pela Administração, conforme identidade visual institucional previamente definida. A contratada deverá seguir rigorosamente as orientações e arquivos fornecidos, garantindo a fidelidade ao padrão estabelecido.

3.2.2 Solicitação: A Procuradoria, por meio de seu setor responsável, formalizará o pedido de confecção de crachá(s) através de e-mail ou outro meio convencionado com a empresa, fornecendo todos os dados necessários (nome, cargo, foto, etc.) em formato digital.

3.2.3 Produção: O Contratado, ao receber a solicitação formal, deverá iniciar a produção imediatamente, garantindo a impressão com os dados variáveis, em alta definição, e a laminação para proteção e durabilidade.

3.2.4 Controle de Qualidade: Durante a produção, o Contratado deve realizar um controle de qualidade rigoroso para assegurar que os crachás estejam livres de defeitos, com dados corretos e de acordo com as especificações técnicas.

3.2.5 Entrega: A entrega dos crachás prontos, em embalagem individual ou em lote, deve ser realizada no local designado pela Procuradoria, dentro do prazo máximo estabelecido.

3.2.6 Pós-Entrega (Garantia): O serviço inclui a garantia contra defeitos de fabricação. Em caso de falhas ou inconformidades, o Contratado deverá realizar a substituição dos crachás defeituosos sem custos adicionais.

Especificações Técnicas dos Itens de Identificação

3.3. A solução contratada deve fornecer um conjunto completo de identificação, composto por crachá, cordão e porta-crachá, que devem atender rigorosamente às seguintes especificações técnicas:

3.3.1 Crachá de Identificação em PVC

3.3.1.1. Tamanho padrão: 86 mm x 54 mm (formato CR-80).

3.3.1.2. Espessura Mínima: 0,76 mm.

3.3.1.3. Material: PVC laminado de alta durabilidade.

3.3.1.4. Acabamento: Brilho ou fosco.

3.3.1.5. Impressão: Colorida (4x4 cores) – Frente e verso.

3.3.1.6. Resolução de Impressão: Mínimo de 300 dpi.

3.3.1.7. Tecnologia de Impressão: Digital ou offset.

3.3.2 Cordão para Crachá

3.3.2.1. Material: Poliéster acetinado ou nylon, resistente, com toque suave e confortável para uso prolongado.

3.3.2.2. Comprimento total: 90 cm a 100 cm (circunferência).



3.3.2.3. Largura: 15 mm a 20 mm.

3.3.2.4. Personalização: Sublimação total colorida, com inserção de textos e personalização com as cores institucionais da Procuradoria.

3.3.2.5. Acessório: Mosquetão metálico.

3.3.3 **Porta Crachá**

3.3.3.1. Material: PVC cristal ou vinil transparente de alta resistência, flexível, porém durável.

3.3.3.2. Compatibilidade: Compatível com crachá padrão CR-80, com dimensões de 9,5 cm (largura) x 6,5 cm (altura).

3.3.3.3. Transparência: Boa transparência para leitura de dados e visualização da foto.

3.3.3.4. Espessura do material: 0,3 mm a 0,5 mm.

3.3.3.5. Orientação: Vertical ou horizontal, conforme o layout do crachá.

3.3.3.6. Acabamento: Bordas arredondadas para maior segurança e conforto.

3.3.3.7. Furo: 1 furo central ovalado para encaixe do cordão com mosquetão.

3.3.3.8. Superfície: Lisa, sem rebarbas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto contratual, conforme exigido pela Administração Pública e em alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas correlatas. Para a presente contratação, serão observados os seguintes critérios:

4.2. **a) Materiais Recicláveis e Reciclados:** Os crachás, porta-crachás e cordões deverão ser produzidos preferencialmente com materiais que possuam certificação de origem ou que sejam fabricados com matéria-prima reciclada ou que, ao final de sua vida útil, sejam 100% recicláveis.

4.3. **b) Descarte e Logística Reversa:** A Contratada deverá apresentar, em sua proposta, o plano de logística reversa para o material, informando como será realizado o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados durante o processo de produção, bem como a coleta e o encaminhamento para reciclagem dos crachás e acessórios inservíveis ou descartados pela contratante, caso a Procuradoria opte por essa modalidade.

4.4. **c) Embalagens:** As embalagens dos produtos devem ser mínimas e preferencialmente fabricadas com materiais reciclados, biodegradáveis ou de origem renovável.

4.5. **d) Redução de Resíduos:** A empresa contratada deverá comprovar a adoção de medidas para a redução de resíduos em seu processo produtivo, como a otimização do uso de materiais e o reaproveitamento de sobras.

4.6. **e) Proibição de Substâncias Nocivas:** A composição dos materiais utilizados na fabricação dos itens deve ser isenta de substâncias tóxicas ou metais pesados que possam ser prejudiciais ao meio ambiente ou à saúde humana, como o Bisfenol A (BPA) e o Cádmio.



4.7. **f) Qualidade e Durabilidade:** A qualidade dos materiais deverá garantir a durabilidade e a vida útil prolongada dos crachás, porta-crachás e cordões, minimizando a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos. A garantia de qualidade deverá ser atestada e descrita na proposta técnica.

Subcontratação

4.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A execução do objeto desta contratação ocorrerá sob o regime de demanda, de acordo com as necessidades da Procuradoria Regional do Trabalho.

5.2. Os modelos, layouts, padrões visuais e demais elementos gráficos dos crachás, cordões e porta-crachás serão fornecidos pela contratante, conforme identidade visual institucional e diretrizes internas. A contratada deverá seguir rigorosamente as orientações e arquivos enviados pela contratante, não sendo permitidas alterações sem prévia autorização formal.

5.2.1 Qualquer proposta de modificação ou sugestão técnica por parte da contratada deverá ser submetida à análise e aprovação da contratante.

5.3. A entrega dos materiais, incluindo crachás, porta-crachás e cordões, será solicitada por meio de Ordem de Serviço (OS), emitida pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

5.4. A contratante realizará as solicitações de confecção de crachás conforme sua demanda, mediante envio de informações específicas à contratada, tais como nome completo, matrícula, cargo, setor, foto e demais dados necessários para a produção do crachá. As solicitações serão encaminhadas por meio de e-mail institucional ou outro canal previamente acordado entre as partes. A contratada deverá confirmar o recebimento da solicitação em até 1 (um) dia útil.

5.5. Após a emissão da Ordem de Serviço, a empresa contratada terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para realizar a entrega completa dos itens solicitados. A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil subsequente à data de abertura da Ordem de Serviço.

5.6. A entrega dos produtos deverá ser realizada no endereço da Procuradoria Regional do Trabalho, devidamente acompanhada de nota fiscal e demais documentos exigidos, para que a conferência e o ateste dos materiais possam ser realizados pelo(a) fiscal do contrato.

5.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.8. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Presidente Dutra, 4055, Bairro Olaria, Porto Velho/RO. CEP: 76801-327



Qualidade de Impressão e Compatibilidade dos Itens

5.9. A contratada deverá assegurar que os crachás sejam confeccionados com alta qualidade de impressão, utilizando materiais duráveis, resistentes à umidade e ao desgaste, com nitidez adequada para leitura visual e por sistemas de identificação, quando aplicável. As cores, fontes e imagens deverão estar em conformidade com o padrão visual definido pela contratante.

5.10. Além disso, os crachás e porta-crachás fornecidos deverão apresentar encaixe perfeito e seguro, garantindo a compatibilidade entre os itens, sem folgas, quebras ou necessidade de adaptações. A contratada será responsável por substituir, sem custos adicionais, quaisquer unidades que apresentem falhas de encaixe, defeitos de impressão ou não atendam aos requisitos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.

Responsabilidade por Defeitos e Erros na Execução

5.11. A contratada será responsável por quaisquer defeitos, erros, falhas de produção ou divergências nas especificações dos crachás que sejam decorrentes de sua atuação, incluindo problemas de impressão, materiais inadequados, informações incorretas ou má qualidade do acabamento. Nessas situações, a contratada deverá realizar, sem ônus adicional para a contratante, a substituição ou correção dos crachás defeituosos no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da notificação formal da contratante. A contratada deverá arcar com todos os custos envolvidos na correção, incluindo transporte, materiais e mão de obra, garantindo a conformidade com os padrões estabelecidos neste Termo de Referência.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica



6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.2.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (meio)** dias

7.2.4.2.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.2.4 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (meio por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.2.5 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (meio por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.2.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (meio por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.2.7 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.2.8 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.2.9 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.3. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.



158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.7.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.7.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.8.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.8.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.8.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.8.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.8.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.11.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. A contratada deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica (NFe) correspondente ao fornecimento dos serviços e encaminhá-la exclusivamente por meio do Protocolo Administrativo Eletrônico do Ministério Público do Trabalho (MPT), disponível no endereço: <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>.

8.11. Não serão aceitas NFe enviadas por outros canais, como e-mail, correio físico ou sistemas externos. O não cumprimento deste procedimento poderá acarretar atraso no processamento do pagamento, sem prejuízo para a Administração.



8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.14.1 o prazo de validade;
- 8.14.2 a data da emissão;
- 8.14.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.14.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.14.5 o valor a pagar; e
- 8.14.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.17.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.17.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



8.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO, NÃO ELETRÔNICA**, com base no seguinte fundamento:

9.1.1 A escolha pela dispensa de licitação está amparada na busca pela **economicidade**, uma vez que a contratação direta permite a obtenção dos itens com preços compatíveis com os praticados no mercado, sem os custos adicionais decorrentes do processo licitatório, como publicação de editais, análise de propostas e recursos administrativos.



9.1.2 Além disso, a medida contribui para a **redução dos custos administrativos**, otimizando tempo e recursos humanos envolvidos na tramitação de processos licitatórios, o que se mostra especialmente vantajoso em contratações de pequeno valor e natureza padronizada.

9.1.3 A contratação direta também se revela **vantajosa** por permitir maior agilidade na entrega dos materiais, garantindo o atendimento tempestivo às necessidades da unidade, sem prejuízo à qualidade dos produtos, que deverão atender aos padrões técnicos exigidos no Termo de Referência.

9.2. A contratação será realizada por dispensa de licitação, não eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante coleta de, no mínimo, três orçamentos válidos de fornecedores que atendam às especificações do objeto. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor, desde que atenda integralmente aos requisitos de qualidade, compatibilidade e conformidade técnica estabelecidos neste Termo de Referência.

9.2.1 A escolha será devidamente registrada nos autos, com justificativa de preço e demonstração da vantajosidade da proposta selecionada, observando os princípios da **economicidade, eficiência e interesse público**.

9.3. O valor estimado para a presente contratação é inferior a R\$ 12.545,11 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos), estando, portanto, dentro do limite previsto para contratações diretas de pequeno vulto, conforme estabelecido no art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, com atualização anual realizada pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

9.4. A contratação também está em conformidade com os parâmetros técnicos e administrativos estabelecidos na **Nota Técnica nº 05/2024 da Procuradoria-Geral do Trabalho**, que reconhece a possibilidade de adoção da dispensa de licitação não eletrônica em situações justificadas, especialmente quando demonstrada a vantajosidade, economicidade, redução de custos administrativos e celeridade processual.

9.5. A escolha pela contratação direta, com coleta de no mínimo três propostas, está devidamente motivada nos autos, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes da Portaria PGR/MPU nº 100/2023.

Forma de fornecimento

9.6. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.9. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.13. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, é de R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos no quadro estimativo de preços (Doc n.º 000319.2025).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes a aquisição deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Procuradoria Regional do Trabalho – 14ª Região, para o exercício de 2025.

Programa de Trabalho: 03062058142620001

Elemento de Despesa: 339030-44 (material de sinalização visual e outros)

Fonte de Recursos: 01000000000

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

(assinado eletronicamente)
RENAN SCAGLION TEIXEIRA
Chefe da Seção de Licitações e Compras



ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

7.2.4.2.10 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

7.2.4.2.11 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

7.2.4.2.12 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

7.2.4.2.13 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

7.2.4.2.14 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja



inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.17 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.19 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



4.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.21 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.22 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.24 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.25 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.2. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

7.2.4.2.15 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.3.3 Indenizações e multas.

5.4. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.5. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação



direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

7.1. A contratada se compromete a manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados, documentos e materiais que tiver acesso em razão da execução do contrato, especialmente aqueles relacionados à Administração Pública, seus servidores, colaboradores e terceiros.

7.2. A contratada deverá observar integralmente os princípios e as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

7.3. É vedado à contratada utilizar, divulgar ou compartilhar qualquer informação obtida no âmbito da contratação para fins diversos dos previstos neste instrumento, sob pena de responsabilização civil, administrativa e penal, conforme legislação vigente.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Rondônia, Seção Judiciária de Porto velho para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa de Licitação nº 200095-5/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)